

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Decreto do Presidente da República n.º 12/2003

de 4 de Março

O Presidente da República decreta, nos termos do artigo 135.º, alínea b), da Constituição, o seguinte:

É ratificado o Acordo entre a República Portuguesa e o Principado de Andorra Relativo a Transportes Internacionais Rodoviários de Passageiros e de Mercadorias, assinado em Andorra em 15 de Novembro de 2000, aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 14/2003 em 5 de Dezembro de 2002.

Assinado em 10 de Fevereiro de 2003.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 11 de Fevereiro de 2003.

O Primeiro-Ministro, *José Manuel Durão Barroso*.

Decreto do Presidente da República n.º 13/2003

de 4 de Março

O Presidente da República decreta, nos termos do artigo 135.º, alínea b), da Constituição, o seguinte:

É ratificado o Acordo entre a República Portuguesa e a Organização Internacional do Trabalho Relativo ao Estabelecimento de Um Escritório da Organização em Lisboa, assinado em Lisboa em 8 de Julho de 2002, aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 15/2003 em 5 de Dezembro de 2002.

Assinado em 10 de Fevereiro de 2003.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 11 de Fevereiro de 2003.

O Primeiro-Ministro, *José Manuel Durão Barroso*.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Resolução da Assembleia da República n.º 14/2003

Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e o Principado de Andorra Relativo a Transportes Internacionais Rodoviários de Passageiros e de Mercadorias, assinado em Andorra em 15 de Novembro de 2000.

A Assembleia da República resolve, nos termos da alínea i) do artigo 161.º e do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, aprovar o Acordo entre a República Portuguesa e o Principado de Andorra Relativo a Transportes Internacionais Rodoviários de Passageiros e de Mercadorias, assinado em Andorra em 15 de Novembro

de 2000, cujas cópias autenticadas nas línguas portuguesa e catalã constam de anexo à presente resolução.

Aprovada em 5 de Dezembro de 2002.

O Presidente da Assembleia da República, *João Bosco Mota Amaral*.

ANEXO

ACORDO ENTRE A REPÚBLICA PORTUGUESA E O PRINCIPADO DE ANDORRA RELATIVO A TRANSPORTES INTERNACIONAIS RODVIÁRIOS DE PASSAGEIROS E DE MERCADORIAS.

A República Portuguesa e o Principado de Andorra, de ora em diante designados por Partes Contratantes:

Desejosos de contribuir para o desenvolvimento do transporte rodoviário de passageiros e de mercadorias entre os dois países, bem como em trânsito através dos respectivos territórios;

Tendo em conta a necessidade de estabelecer, a nível europeu, uma política orientada para a progressiva liberalização dos serviços de transportes, articulada com a harmonização das condições de concorrência, a protecção do ambiente e a segurança do tráfego rodoviário;

acordaram no seguinte:

SECÇÃO I

Disposições introdutórias

Artigo 1.º

Âmbito

1 — O presente Acordo aplica-se aos transportes rodoviários internacionais, conferindo aos transportadores estabelecidos numa das Partes Contratantes o direito de transportar passageiros ou mercadorias por estrada entre os territórios das Partes Contratantes ou em trânsito através desses territórios.

2 — O presente Acordo aplica-se sem prejuízo dos compromissos internacionais das duas Partes Contratantes.

Artigo 2.º

Definições

Para efeitos do presente Acordo:

- a) Entende-se por transportador qualquer pessoa física ou moral que esteja devidamente autorizada, quer na República Portuguesa quer no Principado de Andorra:
 - i) A exercer a actividade de transporte internacional rodoviário de passageiros ou de mercadorias por conta de outrem;
 - ii) A efectuar transportes por conta própria;

- b) Entende-se por veículo:

- i) No caso do transporte de passageiros, qualquer veículo a motor com mais de nove lugares sentados, incluindo o lugar do condutor, bem como os reboques destinados ao transporte de bagagens, na condição de o reboque estar matriculado no território de uma das Partes Contratantes;

- ii) No caso do transporte de mercadorias, qualquer camião, tractor, reboque ou semi-reboque, bem como qualquer veículo articulado ou conjunto camião-reboque;
- c) Entende-se por em trânsito o transporte efectuado por um transportador estabelecido numa das Partes Contratantes através do território da outra Parte Contratante sem aí tomar nem largar passageiros ou mercadorias.

SECÇÃO II

Transporte de passageiros

Artigo 3.º

Tipos de serviços

1 — Os serviços de transporte de passageiros a efectuar ao abrigo do presente Acordo podem ser:

- a) Serviços regulares;
- b) Serviços ocasionais.

2 — Serviços regulares são serviços que asseguram o transporte de passageiros em percursos especificados, de acordo com um itinerário, uma frequência, um horário e tarifas previamente fixados, e com pontos de paragem para o embarque ou desembarque de passageiros também previamente determinados.

3 — Serviços ocasionais são serviços que não correspondem à definição de serviços regulares.

Artigo 4.º

Regime de autorização

1 — Sem prejuízo das excepções referidas no n.º 1 do artigo 5.º, qualquer serviço de transporte de passageiros efectuado ao abrigo do presente Acordo está sujeito a uma autorização concedida pela autoridade competente da outra Parte Contratante, numa base de reciprocidade.

2 — No que respeita aos serviços regulares:

- a) Estabelecimento de um serviço regular, bem como a modificação das respectivas condições de exploração, será autorizado de comum acordo pelas Partes Contratantes, na condição de se obter, quando for caso disso, a aprovação das autoridades competentes dos países de trânsito;
- b) Uma autorização concedida pela autoridade competente de uma Parte Contratante só será válida para a parte do percurso situada no território dessa mesma Parte Contratante;
- c) Em princípio a autorização, para cada serviço regular será concedida numa base de reciprocidade; cada pedido de um serviço regular entre as duas Partes Contratantes deverá ser formulado conjuntamente, pelo menos, por um participante de cada Estado;
- d) O prazo de validade de uma autorização não pode exceder cinco anos.

Artigo 5.º

Serviços de transporte isentos do regime de autorização

1 — Estão isentos de autorização os seguintes serviços ocasionais:

- a) Circuitos em portas fechadas, isto é, serviços em que um mesmo veículo transporta um mesmo grupo de passageiros em toda a viagem, reconduzindo-os ao ponto de partida, desde que o local de partida e destino se situe na Parte Contratante em que o veículo esteja matriculado;
- b) Serviços que comportem uma viagem em carga de um local de partida situado no território da Parte Contratante em que o veículo esteja matriculado para um local de destino situado no território da outra Parte Contratante, seguida de uma viagem de regresso em vazio para o local de partida, ou vice-versa.

2 — Os serviços isentos de autorização nos termos do n.º 1 do presente artigo serão efectuados a coberto de um documento de controlo a definir no Protocolo a que se refere o artigo 17.º do presente Acordo.

SECÇÃO III

Transporte de mercadorias

Artigo 6.º

Regime de autorização

1 — Sem prejuízo das excepções referidas no n.º 3 do presente artigo, o transporte de mercadorias por conta de outrem ou por conta própria, efectuado ao abrigo das disposições no presente Acordo por um transportador estabelecido numa das Partes Contratantes, por meio de um veículo a motor matriculado nessa mesma Parte Contratante, está sujeito a uma autorização concedida pela autoridade competente da outra Parte Contratante.

2 — A autorização, conforme com o modelo estabelecido de comum acordo pelas autoridades competentes das duas Partes Contratantes, é válida para uma só viagem de 1 de Janeiro a 31 de Janeiro do ano seguinte.

3 — Estão isentos de autorização os seguintes transportes:

- a) Transporte de mercadorias por meio de veículos a motor cujo peso máximo autorizado, incluindo o dos reboques, não exceda 3,5 t;
- b) Transporte de mercadorias provenientes de ou com destino a aeroportos, no caso de desvio de serviços aéreos;
- c) Transporte de veículos danificados ou avariados e transporte de veículos destinados à sua reparação;
- d) Viagens em vazio efectuadas por um veículo enviado para substituir um veículo que tenha ficado imobilizado noutra parte, bem como a viagem de regresso, após reparação do veículo avariado;
- e) Transporte de artigos e equipamentos médicos necessários em situações excepcionais, particularmente para fazer face a desastres naturais, conhecidos como transportes humanitários;
- f) Transporte de obras e objectos destinados a feiras e exposições;

- g) Transporte sem fins comerciais de materiais, acessórios e animais provenientes de ou destinados a actividades teatrais, musicais, cinematográficas, desportivas, circenses ou feiras, bem como o transporte de materiais destinados a gravações radiofónicas ou a produções cinematográficas ou televisivas;
- h) Transportes postais enquanto serviço público;
- i) Transportes funerários.

Artigo 7.º

Contingentamento

As autorizações serão emitidas pela autoridade competente da Parte Contratante em que o veículo esteja matriculado, dentro do limite do contingente fixado anualmente de comum acordo pelas autoridades competentes das Partes Contratantes.

SECÇÃO IV

Disposições gerais

Artigo 8.º

Cabotagem

O presente Acordo não confere a um transportador estabelecido numa das Partes Contratantes o direito de recolher passageiros ou carregar mercadorias no território da outra Parte Contratante para os transportar dentro desse mesmo território, com excepção dos casos em que seja concedida uma autorização especial para esse efeito pela autoridade competente desta última Parte Contratante.

Artigo 9.º

Regime fiscal e aduaneiro

1 — Os veículos matriculados no território de uma Parte Contratante, que sejam temporariamente admitidos no território da outra Parte Contratante para efectuar serviços de transporte, em conformidade com o presente Acordo, serão isentos, de acordo com o princípio da reciprocidade, de impostos sobre veículos.

2 — O disposto no n.º 1 do presente artigo não se aplica às portagens relacionadas com a utilização de auto-estradas, pontes e outras infra-estruturas, as quais serão cobradas com base no princípio da não discriminação.

3 — Os veículos matriculados no território de uma das Partes Contratantes que efectuem transportes ao abrigo do presente Acordo serão admitidos no território da outra Parte Contratante com suspensão de direitos aduaneiros e sem prestação de garantia.

4 — No caso dos transportes efectuados ao abrigo do presente Acordo, é concedida mutuamente franquia de direitos aduaneiros, bem como de qualquer imposição exigível no momento da importação:

- a) Ao carburante contido nos reservatórios normais dos veículos ligados ao sistema de alimentação do motor previsto pelo construtor do veículo;
- b) Aos lubrificantes na quantidade necessária para a manutenção do veículo durante a viagem.

5 — Cada Parte Contratante autorizará a admissão temporária, com suspensão de direitos aduaneiros e de outras imposições e dispensa de prestação de garantia, de peças sobressalentes destinadas à reparação dos veículos que efectuem transportes internacionais ao abrigo do presente Acordo, na condição de as peças não utilizadas ou as que tiverem sido substituídas serem reexportadas ou destruídas, em conformidade com as disposições em vigor no território da respectiva Parte Contratante.

Artigo 10.º

Pesos e dimensões dos veículos

1 — No que respeita aos pesos e às dimensões dos veículos, cada Parte Contratante compromete-se a não sujeitar os veículos matriculados na outra Parte Contratante a condições mais restritivas do que as impostas aos veículos matriculados no seu próprio país.

2 — Nos casos em que o peso e ou as dimensões de um veículo excedam os limites máximos admitidos no território da outra Parte Contratante, é exigível uma autorização especial da autoridade competente dessa mesma Parte Contratante.

3 — As autorizações referidas no n.º 2 do presente artigo serão concedidas exclusivamente para o transporte de mercadorias com um peso e ou dimensões excepcionais.

4 — Sempre que se estipule que o veículo tem de utilizar um itinerário específico, a autorização será válida exclusivamente para esse itinerário.

Artigo 11.º

Intransmissibilidade

As autorizações exigíveis nos termos do presente Acordo são pessoais e intransmissíveis. Poderão ser utilizadas apenas pelo transportador em cujo nome tiverem sido emitidas.

Artigo 12.º

Regime sancionatório

1 — No caso de um transportador ou o seu pessoal de condução infringir, no território da outra Parte Contratante, as disposições do presente Acordo ou as leis e regulamentos aplicáveis nesse território, a autoridade competente do país em que o transportador esteja estabelecido deverá, a pedido da autoridade competente da outra Parte Contratante, adoptar uma das seguintes medidas:

- a) Emissão de uma advertência; ou
- b) Supressão, temporária ou definitiva, parcial ou total, do direito de efectuar transportes ao abrigo do presente Acordo no território da Parte Contratante em que tiver sido cometida a infracção.

2 — A autoridade competente que tiver requerido a adopção de uma sanção será informada, logo que possível, da sanção aplicada.

3 — O disposto no presente artigo aplicar-se-á sem prejuízo das sanções previstas nas leis e regulamentos em vigor na Parte Contratante em cujo território tiver sido cometida a infracção.

Artigo 13.º

Modelos dos impressos de autorização e dos documentos de controlo

Os modelos dos impressos de autorização e dos documentos de controlo exigidos pelo presente Acordo serão estabelecidos de comum acordo pelas autoridades competentes das Partes Contratantes referidas no artigo 16.º e no Protocolo referido no artigo 17.º

Artigo 14.º

Fiscalização

As autorizações — ou cópia autêntica sua, no caso dos serviços regulares de passageiros —, bem como todos os documentos de controlo exigíveis nos termos do presente Acordo, deverão ser conservadas a bordo do veículo e ser apresentadas aos agentes de fiscalização sempre que estes o solicitarem.

Artigo 15.º

Disposições supletivas

As leis e regulamentos de ambas as Partes Contratantes aplicar-se-ão em todos os casos não previstos pelas disposições do presente Acordo.

Artigo 16.º

Autoridades competentes

As autoridades competentes de ambas as Partes Contratantes contactarão directamente entre si para efeitos da aplicação do presente Acordo.

Artigo 17.º

Aplicação do Acordo

1 — As autoridades competentes das Partes Contratantes definirão, de comum acordo, as condições de aplicação do presente Acordo num Protocolo, que faz parte integrante do Acordo.

2 — A Comissão Mista a que se refere o artigo 18.º do presente Acordo é competente para alterar o Protocolo.

Artigo 18.º

Comissão Mista

1 — As Partes Contratantes instituem uma Comissão Mista, composta por representantes seus, com o fim de assegurar a correcta aplicação do presente Acordo e de regular, com a brevidade possível, qualquer questão. Se necessário, poderão ser convidados a participar nas reuniões da Comissão Mista representantes de outros serviços.

2 — A pedido da autoridade competente de uma das Partes Contratantes, a Comissão Mista realizará as suas reuniões alternadamente nos territórios das duas Partes Contratantes.

SECÇÃO V

Disposições finais

Artigo 19.º

Entrada em vigor

1 — As Partes Contratantes notificar-se-ão mutuamente, pela via diplomática, acerca do preenchimento

das condições prévias necessárias, nos termos da respectiva legislação nacional, para a entrada em vigor do presente Acordo.

2 — O presente Acordo entrará em vigor 90 dias após a recepção da última notificação referida no n.º 1 do presente artigo.

Artigo 20.º

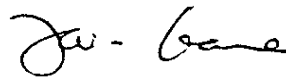
Período de validade

1 — O presente Acordo é concluído por período de tempo indeterminado.

2 — Qualquer Parte Contratante poderá denunciar o presente Acordo através de uma notificação escrita à outra Parte Contratante, pela via diplomática, pelo menos três meses antes do termo de cada ano civil. Nesse caso, o presente Acordo deixará de vigorar a partir de 1 de Janeiro do ano seguinte.

Feito em 15 de Novembro de 2000, em Andorra, em duas versões originais, nas línguas portuguesa e catalã, ambos os textos fazendo fé por igual.

Pela República Portuguesa:



Pelo Principado de Andorra:



PROTOCOLO ESTABELECIDO NOS TERMOS DO ARTIGO 17.º DO ACORDO ENTRE A REPÚBLICA PORTUGUESA E O PRINCIPADO DE ANDORRA SOBRE TRANSPORTES INTERNACIONAIS RODOVIÁRIOS DE PASSAGEIROS E DE MERCADORIAS.

A fim de assegurar a aplicação do presente Acordo, as Partes Contratantes acordaram no seguinte:

Transportes de passageiros

1 — Artigo 4.º:

1.1 — No que se refere aos serviços regulares:

a) Os pedidos de autorização deverão ser endereçados à autoridade competente da Parte Contratante em que o transportador esteja estabelecido, acompanhados dos seguintes elementos:

Nome e endereço do transportador;
Itinerário, frequência e horário do serviço;
Mapa, em escala apropriada, do itinerário, no qual serão claramente indicados os locais onde serão tomados e ou largados passageiros;
Previsão aproximada da natureza e do volume do tráfego a servir;

b) Se tencionar atender favoravelmente um pedido, a autoridade competente mencionada na alínea a) deverá enviar cópia do mesmo à autoridade competente da outra Parte Contratante, bem como, se necessário, às autoridades competentes dos países de trânsito;

c) Um serviço regular será considerado como tendo sido aprovado quando ambas as Partes

Contratantes tiverem trocado entre si as respectivas autorizações e tenha sido obtida, nos casos necessários, a aprovação dos países de trânsito.

1.2 — No que respeita aos serviços ocasionais, que não os previstos no artigo 5.º, os pedidos de autorização deverão ser endereçados à autoridade competente da Parte Contratante em que o transportador esteja estabelecido, em princípio, com uma antecedência de três semanas em relação à data do início do serviço. Cada pedido deverá ser acompanhado dos seguintes elementos:

- Nome e endereço do organizador do serviço;
- Nome e endereço do transportador;
- Sempre que possível, os números de matrícula dos veículos a utilizar;
- Itinerário, com indicação dos locais em que serão tomados e ou largados passageiros;
- As datas do início e do fim do serviço;
- As datas e locais em que a fronteira da outra Parte Contratante será atravessada, quer na viagem de ida, quer na viagem de retorno.

A autoridade competente da Parte Contratante em que o transportador esteja estabelecido transmitirá o pedido, com a maior brevidade possível, à autoridade da outra Parte Contratante. Esta última autoridade emitirá a autorização, devendo remetê-la em tempo útil ao transportador interessado.

2 — Artigo 5.º — Os serviços ocasionais isentos de autorização serão acompanhados de uma folha de itinerário estabelecida segundo o modelo previsto no Acordo ASOR.

Transporte de mercadorias

3 — Artigo 6.º — Os impressos de autorização serão numerados, assinados e certificados pela autoridade competente para conceder a autorização. Cada autorização será devolvida à autoridade que a tiver emitido dentro do prazo de um mês contado a partir da data em que foi utilizada ou, no caso de não ter sido utilizada, no termo do seu período de validade.

4 — Artigo 7.º — Contingente:

- a) Até 30 de Novembro de cada ano civil, as autoridades competentes das Partes Contratantes trocarão entre si impressos de autorização, dentro do limite do contingente estabelecido, numa base de reciprocidade, para o ano civil seguinte;
- b) Para o primeiro ano de aplicação do Acordo, é estabelecido um contingente de 300 autorizações para os transportadores de cada Parte Contratante;
- c) Em caso de necessidade, o contingente anual poderá ser aumentado de comum acordo pelas autoridades competentes das Partes Contratantes.

Disposições gerais

5 — Artigo 10.º — A autorização especial exigida nos termos do n.º 2 do presente artigo será emitida por:

- a) Pela República Portuguesa:

Direcção-Geral de Viação, Avenida da República, 16, 8.º, 1050 Lisboa; telefone: 00351213521011; fax: 00351213555670;

- b) Pelo Principado de Andorra:

Ministeri de la Presidencia i Economia, Departament de Transport i Energia, C/ Prat de la Creu, 62, 64, Andorra la Vella, tel: 00376875700, fax: 00376861519.

6 — Artigo 16.º — As autoridades competentes para a aplicação do presente Acordo são:

- a) Pela República Portuguesa:

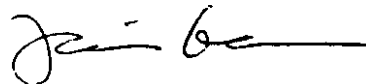
Direcção-Geral de Transportes Terrestres, Ministério do Equipamento Social, Avenida das Forças Armadas, 40, P-1699-022 Lisboa; telefone: 00351217949172/3, fax: 00351217974003;

- b) Pelo Principado de Andorra:

Ministeri de la Presidencia i Economia, Departament de Transport i Energia, C/ Prat de la Creu, 62, 64, Andorra la Vella, tel: 00376875700, fax: 00376861519.

Feito em 15 de Novembro de 2000, em Andorra, em duas versões originais, nas línguas portuguesa e catalã, fazendo fé por igual os dois textos.

Pela República Portuguesa:



Pelo Principado de Andorra:



ACORD ENTRE LA REPÚBLICA PORTUGUESA I EL PRINCIPAT D'ANDORRA RELATIU ALS TRANSPORTS INTERNACIONALS DE VIATGERS I DE MERCADERIES PER CARRETERA.

La República Portuguesa i El Principat d'Andorra, d'ara endavant anomenats «parts contractants»:

Amb el desig de contribuir al desenvolupament del transport de viatgers i mercaderies per carretera entre ambdós països, i en trànsit a través dels seus territoris;

Tenint en compte la necessitat d'establir, en l'àmbit europeu, una política orientada cap a una liberalització progressiva dels serveis de transport, coordinada amb l'harmonització de les condicions de competència, la protecció del medi ambient i la seguretat del trànsit per carretera;

convenen el següent:

SECCIÓ I

Disposicions introductòries

Article 1

Abast

1 — El present Acord s'aplica als transports internacionals per carretera i atorga als transportistes esta-

blerts en una de les parts contractants el dret a transportar viatgers o mercaderies per carretera entre els territoris de les parts contractants o en trànsit a través d'aquests territoris.

2 — El present Acord s'aplica sense perjudici dels compromisos internacionals d'ambdues parts contractants.

Article 2

Definicions

A l'efecte del present Acord:

- a) Per «transportista», s'entén tota persona física o jurídica degudament autoritzada, sigui a la República Portuguesa, sigui al Principat d'Andorra:
 - i) A exercir l'activitat del transport internacional de viatgers o de mercaderies per carretera per compte d'altri;
 - ii) A efectuar transports per compte propi;
- b) Per «vehicle», s'entén:
 - i) En el cas de transport de viatgers, tot vehicle amb motor de més de nou places assegudes, compresa la del xofer, i també eis remolcs destinats al transport d'equipatge, a condició que el remolc sigui matriculat en el territori d'una de les parts contractants;
 - ii) En el cas de transport de mercaderies, tot camió, tractor, remolc o semiremolc, com també tot vehicle articulat o conjunt camió remolc;
- c) Per «en trànsit», s'entén el transport efectuat per un transportista establert en una de les parts contractants, a través del territori de l'altra part contractant sense carregar o descarregar viatgers o mercaderies.

SECCIÓ II

Transport de viatgers

Article 3

Tipus de serveis

1 — Els serveis de transport que es poden efectuar a l'empara del present Acord poden ser:

- a) Serveis regulars;
- b) Serveis ocasionals.

2 — Els «serveis regulars» són serveis que assegurin el transport de viatgers pel recorreguts específics, segons un itinerari, una freqüència, un horari i unes tarifes establerts prèviament, i amb punts de parada, també establerts prèviament, per carregar o descarregar viatgers.

3 — Els «serveis ocasionals» són serveis que no responen a la definició de serveis regulars.

Article 4

Règim d'autorització

1 — Sense perjudici de les excepcions esmentades a l'apartat 1 de l'article 5, tot servei de transport de viat-

gers efectuat a l'empara del present Acord se sotmet a una autorització atorgada per l'autoritat competent de l'altra part contractant, sobre la base de la reciprocitat.

2 — Pel que fa als serveis regulars:

- a) S'autoritza l'establiment d'un servei regular, com també la modificació de les condicions d'explotació, per comú acord de les parts contractants, a condició que s'asseguri, si escau, l'aprovació de les autoritats competents dels països de trànsit;
- b) Una autorització atorgada per l'autoritat competent d'una part contractant només és vàlida en la part de recorregut situada en el territori d'aquesta part contractant;
- c) En principi, l'autorització per a cada servei regular s'atorga sobre la base de la reciprocitat; cada demanda de serveis regulars entre ambdues parts contractants ha de ser formulada conjuntament com a mínim per un partícip de cada estat;
- d) La durada de la validesa d'una autorització no pot sobrepassar els cinc anys.

Article 5

Serveis de transport exempts del règim d'autorització

1 — Estan exempts d'autorització els serveis ocasionals següents:

- a) «Circuits a porta tancada», és a dir, els serveis en els quals un mateix vehicle transporta un mateix grup de viatgers durant tot el viatge, i els retorna al punt de sortida, sempre que el lloc de sortida i de destinació se situïn en el territori de la part contractant on està matriculat el vehicle;
- b) Serveis que comportem un viatge amb càrrega des d'un punt de sortida situat en el territori de la part contractant on el vehicle està matriculat, cap a un lloc de destinació situat en el territori de l'altra part contractant, seguit d'un viatge de tornada sense càrrega cap al lloc de sortida o viceversa.

2 — Els serveis exempts d'autorització segons el que diposa l'apartat 1 del present article s'efectuen a l'empara d'un document de control a definir en el Protocol esmentat a l'article 17 del present Acord.

SECCIÓ III

Transport de mercaderies

Article 6

Règim d'autorització

1 — Sense perjudici de les excepcions esmentades a l'apartat 3 del present article, el transport de mercaderies per compte d'altri o per compte propi, efectuat de conformitat amb les disposicions del present Acord, per un transportista establert en el territori d'una de les parts contractants, mitjançant un vehicle amb motor matriculat en aquesta mateixa part contractant, se sotmet a una autorització atorgada per l'autoritat competent de l'altra part contractant.

2 — L'autorització, segons el model establert de comú acord per les autoritats competents d'ambdues parts contractants, és vàlida per un sol viatge, de l' 1 de gener al 31 de gener de l'any següent.

3 — Estan exempts d'autorització els transports següents:

- a) El transport de mercaderies mitjançant vehicles el pes màxim autoritzat dels quals, comprès el pes dels remolcs, no sobrepassa les 3,5 tones;
- b) El transport de mercaderies que provenen d'aeroports o amb destinació a aeroports, en cas de desviació de serveis aeris;
- c) El transport de vehicles sinistrats o avariats, i el transport de vehicles de reparació;
- d) Viatges sense càrrega efectuats per un vehicle enviat per substituir un vehicle immobilitzat en un altre país, i també el viatge de tornada, després de la reparació del vehicle que havia tingut l'avaria;
- e) Transport d'articles i d'equips mèdics necessaris en situacions excepcionals, sobretot per fer front a desastres naturals, coneguts com a transports humanitaris;
- f) Transport d'obres i d'objectes destinats a fires i exposicions;
- g) Transport sense finalitats comercials de materials, accessoris i animals que provenen o van destinats a activitats teatrals, musicals, cinematogràfiques, esportives o de circ o de festes populars, com també el transport de materials destinats a enregistraments radiofònics o a produccions cinematogràfiques o televisives;
- h) Transport postal com a servei públic;
- i) Transports funeraris.

Article 7

Contingents

Les autoritzacions seran emeses per l'autoritat competent de la part contractant on sigui matriculat el vehicle, dins el límit d'un contingent fixat anualment de comú acord per les autoritats competents de les parts contractants.

SECCIÓ IV

Disposicions generals

Article 8

Cabotatge

El present Acord no atorga a un transportista establert en una de les parts contractants el dret de carregar viatgers o mercaderies en el territori de l'altra part contractant, amb vista a transportar-les a l'interior d'aquest mateix territori, llevat dels casos en què l'autoritat competent d'aquesta darrera part contractant emeti una autorització especial a aquest efecte.

Article 9

Règim fiscal i duaner

1 — Els vehicles matriculats en el territori d'una de les parts contractants, admesos temporalment al territori de l'altra part contractant amb vista a efectuar serveis de transport de conformitat amb el present Acord, seran

exempts, segons el principi de la reciprocitat, d'impostos sobre els vehicles.

2 — Les disposicions de l'apartat 1 del present article no són aplicables als peatges relatius a la utilització d'autopistes, ponts i altres infraestructures; aquests peatges són recaptats sobre la base del principi de la no-discriminació.

3 — Els vehicles matriculats al territori d'una de les parts contractants que efectuïn transports a l'empara del present Acord són admesos al territori de l'altra part contractant amb suspensió dels drets duaners i sense prestació de garantia.

4 — En el cas dels transports efectuats a l'empara del present Acord, s'atorgarà mútuament l'exempció de drets de duana, com també de qualsevol imposició exigible al moment de la importació:

- a) Al carburant contingut en els dipòsits normals dels vehicles connectats al sistema d'alimentació del motor previstos pel constructor del vehicle;
- b) Als olis de lubricació, en la quantitat necessària per assegurar el manteniment dels vehicles durant el viatge.

5 — Cada part contractant permet l'admissió temporal, amb suspensió dels drets de duana i altres càrregues fiscals, i dispensarà de la presentació de garanties, de peces de recanvi destinades a reparar els vehicles que efectuen operacions de transport internacional a l'empara del present Acord, sempre que les peces no utilitzades o bé aquelles que hagin estat reemplaçades siguin reexportades o destruïdes, de conformitat amb les disposicions en vigor en el territori de la part contractant respectiva.

Article 10

Pesos i dimensions dels vehicles

1 — Pel que fa als pesos i les dimensions dels vehicles, cada part contractant es compromet a no sotmetre els vehicles matriculats a l'altra part contractant a condicions més restrictives que aquelles imposades als vehicles matriculats en el seu propi país.

2 — En el cas que el pes i o les dimensions d'un vehicle sobrepassin els límits màxims admesos en el territori de l'altra part contractant, es pot exigir una autorització especial emesa per l'autoritat competent d'aquesta darrera part contractant.

3 — Les autoritzacions previstes en l'apartat 2 del present article s'atorguen únicament per al transport de mercaderies d'un pes i o d'unes dimensions excepcionals.

4 — Quan el vehicle hagi de seguir un itinerari específic, l'autorització serà vàlida només per a aquest itinerari.

Article 11

Intransmissibilitat

Les autoritzacions exigibles segons el que disposa el present Acord són personals i intransmissibles. Només poden ser utilitzades pel transportista a nom de qui s'han emès.

Article 12

Règim de sancions

1 — En el cas que un transportista o el seu personal de conducció transgredeixi, en el territori de l'altra part contractant, les disposicions del present Acord o les lleis

i els reglaments aplicables en aquest territori, l'autoritat competent del país on està establert el transportista, a demanda de l'autoritat competent de l'altra part contractant, ha d'adoptar una de les mesures següents:

- a) Emissió d'un avís; o
- b) Supressió, temporal o definitiva, parcial o total, del dret d'efectuar transports a l'empara del present Acord en el territori de la part contractant on s'ha comès la infracció.

2 — L'autoritat competent que ha sol·licitat l'adopció d'una sanció ha de ser informada al més aviat possible sobre la sanció aplicada.

3 — Les disposicions del present article són aplicables sense perjudici de les sancions previstes per les lleis i els reglaments en vigor en la part contractant en el territori de la qual s'ha comès la infracció.

Article 13

Models d'impresos d'autorització i de documents de control

Els models d'impresos d'autorització i de documents de control exigits pel present Acord seran establerts de comú acord per les autoritats competents de les parts contractants previstes a l'article 16 i en el Protocol esmentat a l'article 17.

Article 14

Control

Les autoritzacions — o, en el cas dels serveis regulars de viatgers, la seva còpia autenticada —, com també tots els documents de control exigibles segons el present Acord, han d'estar dins del vehicle i s'han de presentar als agents de control que ho demanin.

Article 15

Disposicions addicionals

Les lleis i els reglaments d'ambdues parts contractants s'apliquen en tots els casos no considerats per les disposicions del present Acord.

Article 16

Autoritats competents

Les autoritats competents d'ambdues parts contractants es mantenen en contacte directe per a l'aplicació del present Acord.

Article 17

Aplicació de l'Acord

1 — Les autoritats competents de les parts contractants estableixen de comú acord les condicions d'aplicació del present Acord en un Protocol que és part integrant de l'Acord.

2 — La Comissió mixta prevista a l'article 18 del present Acord és competent per modificar el Protocol.

Article 18

Comissió mixta

1 — Les parts contractants institueixen una Comissió mixta, formada per representants d'ambdues parts, amb

l'objectiu d'assegurar una aplicació correcta del present Acord i de resoldre, en el termini més breu possible, qualsevol qüestió. Si escau, es podem invitar representants d'altres serveis a participar a les reunions de la Comissió mixta.

2 — A demanda de l'autoritat competent d'una de les parts contractants, la Comissió mixta realitzarà les seves reunions de manera alterna en els territoris d'ambdues parts contractants.

SECCIÓ V

Disposicions finals

Article 19

Entrada en vigor

1 — Les parts contractants es notificaran mútuament, per via diplomàtica, que han complert les condicions prèvies necessàries, segons les seves legislacions nacionals, per a l'entrada en vigor del present Acord.

2 — El present Acord entrarà en vigor 90 dies després de la recepció de la darrera notificació esmentada a l'apartat 1 del present article.

Article 20

Durada de la validesa

1 — El present Acord es conclou per una durada indeterminada.

2 — Cada part contractant pot denunciar el present Acord mitjançant una notificació escrita a l'altra part contractant per via diplomàtica almenys tres mesos abans de la finalització de cada any civil. En aquest cas, el present Acord deixa d'estar en vigor a partir de l'1 de gener de l'any següent.

Andorra la Vella, 15 de novembre del 2000, fet en dos exemplars originals en les llengües catalana i portuguesa, ambdós textos igualment fefaents.

Per la República Portuguesa:

Pel Principat d'Andorra:

PROTOCOL ESTABLERT SEGONS EL QUE DISPOSA L'ARTICLE 17 DE L'ACORD ENTRE LA REPÚBLICA PORTUGUESA I EL PRINCIPAT D'ANDORRA RELATIU ALS TRANSPORTS INTERNACIONALS DE VIATGERS I DE MERCADERIES PER CARRETERA.

Amb vista a assegurar l'aplicació del present Acord, les parts contractants convenen el següent:

Transport de viatgers

1 — Article 4:

1.1 — Pel que fa als serveis regulars:

- a) Les demandes d'autorització s'han d'adreçar a l'autoritat competent de la part contractant on

està establert el transportista, acompanyades dels elements següents:

Nom i adreça del transportista;
Itinerari, freqüència i horari del servei;
Mapa, a escala apropiada, de l'itinerari, on hi ha d'haver clarament precisats els llocs on es carregaran i o es descarregaran els viatgers;
Previsió estimada de la naturalesa i el volum del trànsit;

- b) Si té la intenció d'acollir favorablement una demanda, l'autoritat competent esmentada a l'apartat a) n'ha de lliurar una còpia a l'autoritat competent de l'altra part contractant, com també, si és necessari, a les autoritats competents dels països de trànsit;
- c) Es considera aprovat un servei regular quan ambdues parts contractants hagin intercanviat les autoritzacions corresponents i quan, en els casos necessaris, s'hagi obtingut l'aprovació dels països de trànsit.

1.2 — Pel que fa a serveis ocasionals altres que els que es preveuen a l'article 5 de l'Acord, les demandes d'autorització s'han d'adreçar a l'autoritat competent de la part contractant on el transportista està establert, en principi, tres setmanes abans de la data en què s'iniciarà el servei. Cada demanda ha d'anar acompanyada dels elements següents:

Nom i adreça del responsable de l'organització del servei;
Nom i adreça del transportista;
Si és possible, els números de matrícula dels vehicles a utilitzar;
L'itinerari, amb precisió dels llocs on es carregaran i o descarregaran els viatgers;
Les dates de l'inici i de la finalització del servei;
Les dates i els llocs per on es travessarà la frontera de l'altra part contractant, sigui per al viatge d'anada o per al de tornada.

L'autoritat competent de la part contractant on el transportista està establert transmet la demanda, al més aviat possible, a l'autoritat de l'altra part contractant. Aquesta darrera autoritat atorgarà l'autorització i la remetrà en temps útil al transportista concernit.

2 — Article 5 — Els serveis ocasionals exempts d'autorització han d'anar acompanyats d'un carnet de ruta establert segons el model previst per l'Acord ASOR.

Transport de mercaderies

3 — Article 6 — Els impresos d'autorització han de ser numerats, signats i certificats per l'autoritat competent que atorga l'autorització. Cada autorització ha de ser retornada a l'autoritat que l'ha emès en el termini d'un mes després de la data en què s'ha utilitzat, o, si no ha estat utilitzada, tan aviat com acabi el període de validesa.

4 — Article 7 — Contingent:

- a) Fins al 30 de novembre de cada any civil, les autoritats competents d'ambdues parts contrac-

- tans s'intercanviaran impresos d'autorització, en el límit del contingent establert, sobre la base de la reciprocitat, per a l'any civil següent;
- b) Per al primer any del període d'aplicació de l'Acord, s'estableix un contingent de 300 autoritzacions per als transportistes de cada part contractant;
- c) Si es considera necessari, el contingent anual es pot augmentar de comú acord entre les autoritats competents de les parts contractants.

Disposicions generals

5 — Article 10 — L'autorització especial exigida segons el que disposa l'apartat 2 del present article serà lliurada:

- a) A la República Portuguesa, per:

Direcção-Geral de Viação, Avenida da República, 16, 8.º, 1050 Lisboa; telefone: 00351213521011, fax: 00351213555670;

- b) Al Principat d'Andorra, per:

Ministeri de la Presidència i Economia, Departament de Transport i Energia, C/ Prat de la Creu, 62-64, Andorra la Vella, tel.: 00376875700, fax: 00376861519.

6 — Article 16 — 1 — Les autoritats competents per a l'aplicació del present Acord són:

- a) Per la República Portuguesa:

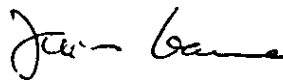
Direcção-Geral de Transportes Terrestres, Ministério do Equipamento Social, Avenida das Forças Armadas, 40, P-1699-022 Lisboa; telefone: 00351217949172/3; fax: 00351217974003;

- b) Pel Principat d'Andorra:

Ministeri de la Presidència i Economia, Departament de Transport i Energia, C/ Prat de la Creu, 62-64, Andorra la Vella, tel.: 00376875700; fax: 00376861519.

Andorra la Vella, 15 de novembre del 2000, fet en dos exemplars originals en les llengües catalana i portuguesa, ambdós textos igualment fefaents.

Per la República Portuguesa:



Pel Principat d'Andorra:

